

DECRETO COM MEDIDAS DE RESTRIÇÃO EM FRANCA

Objeto: análise da constitucionalidade e legalidade do Decreto nº 11.217, de 19 de março de 2021, do Município de Franca, que dispõe sobre novas medidas restritivas de enfrentamento a pandemia do COVID-19

O QUE DIZ O DECRETO MUNICIPAL Nº 11.217/21

O Decreto nº 11.217, de 19/03/2021, do Município de Franca (prefeito ALEXANDRE AUGUSTO FERREIRA), que entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até 30/03/2021, foi editado em decorrência da edição do Plano São Paulo – fase emergencial.

O Decreto estabelece medidas a serem adotadas no município no período compreendido entre 22 de março de 2021 até às 23h59 do dia 30 de março de 2021.

No que tange aos serviços da indústria e ao CIESP

- Escritórios em geral e Atividades Administrativas • **Obrigatoriedade de teletrabalho;**
- Comércio de Material de Construção • **Proibido atendimento presencial**, retirada de produtos no local (take-away) e através da janela (drive-thru). • **Permitida** a comercialização por entrega na casa do comprador (delivery) no período compreendido das 05h às 20h;

Construção Civil • Atividade Permitida.

Indústria • Atividade permitida.

CONCLUSÃO

Como se depreende do regulamento, a **medida RESTRITIVA** anunciada pelo Município de Franca, é **limitada no tempo e no espaço e à promoção e à preservação da saúde pública, pois estabelece as datas de início e término (22 a 30/03/2021).**

O Decreto **não contraria** o que determina a Lei federal nº 13.979/2020 nem ao menos o Decreto que a regulamenta, nº 10.282/20.

O **Decreto Federal nº 10.282/2020**, que regulamenta a Lei nº 13.979/2020 para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, estabelece em seu art. 3º que *as medidas previstas na Lei nº 13.979/2020 (quarentena e isolamento) deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º, considerados serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como:*

- **atividades industriais**, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde;

- também são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

Ainda de acordo com o **Decreto Federal nº 10.282/2020**, é vedada a restrição à circulação de trabalhadores que possa afetar o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais e de cargas de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população.

Nesse sentido, o Decreto do município de Franca **não extrapola suas competências**, pois não **limita** o trabalho da indústria.

Por fim, com relação aos serviços prestados pelo CIESP, o mesmo é possível, sem atendimento ao público, pois é serviço de apoio à indústria (atividade essencial), mas deverá ser feito através do “teletrabalho”. Em caso de dúvida sugerimos que se leve o questionamento aos órgãos com competência para dirimir a dúvida.